

**A. I. Nº** - 207944.0042/01-7  
**AUTUADO** - REINALDO ALVES CRUZ & CIA. LTDA.  
**AUTUANTE** - ARLINDO PALASSI FILHO  
**ORIGEM** - IFMT-DAT/SUL  
**INTERNET** - 08.07.04

## 2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

### ACÓRDÃO JJF Nº 0241-02/04

**EMENTA:** ICMS. EMBARAÇO À AÇÃO FISCAL. FALTA DE EXIBIÇÃO DE LIVROS E DOCUMENTOS AO FISCO. MULTA. Não ficou caracterizado o embargo por ausência dos requisitos estabelecidos na legislação quanto ao impedimento à ação fiscal Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

### RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 13/10/2001, refere-se à exigência da multa de R\$400,00, por embargo à ação fiscal, em decorrência de ser constatado o trânsito de mercadorias destinadas ao autuado que se encontrava com a inscrição estadual cancelada.

O autuado apresentou tempestivamente impugnação às fls. 13 e 14 dos autos, alegando que a filial da Avenida Cinquentenário nº 348, Inscrição Estadual nº 02.411.903 estava com pedido de baixa em fase de conclusão na Infaz Itabuna, e em 01/02/2001 foi efetuada a mudança da matriz para a Avenida Cinquentenário nº 298. Entretanto, o fornecedor Mundial Ind. e Com. de Cadernos Ltda. constou equivocadamente na nota fiscal o endereço da matriz, nº 298, mas o CNPJ e inscrição estadual da filial. Disse que ao tomar conhecimento do fato comunicou ao autuante que em outras notas fiscais aconteceu o mesmo engano, o que não implicou falta de registro dos documentos fiscais na contabilidade. Ressaltou a idoneidade da empresa que há mais de trinta anos no comércio de Itabuna, jamais teve problemas com a fiscalização. Anexou aos autos carta de correção referente à NF 3540, objeto da autuação fiscal, solicitando anulação do Termo de Apreensão e do Auto de Infração, por considerar que o autuante não tinha conhecimento quanto à existência de dois estabelecimentos, matriz e filial.

A informação fiscal foi prestada com base no art. 127, § 2º, do RPAF/99, pela Auditora Fiscal Rossana Araripe Lindode, que opinou pela improcedência do Auto de Infração, dizendo que após análise dos documentos apresentados pelo autuado em sua defesa, foi constatada a efetiva troca de endereços entre os estabelecimentos, matriz e filial, e após consulta ao SIDAT, verificou ter havido equívoco do remetente das mercadorias no momento da emissão da nota fiscal, o que já foi corrigido, conforme documento à fl. 30 do PAF, e o procedimento não deve induzir à autuação do destinatário. Ressaltou que a empresa em questão é conhecida e estabelecida há muitos anos na cidade de Itabuna.

### VOTO

Da análise acerca das peças e comprovações que compõem o processo, constatei que o Auto de Infração por embargo à ação fiscal é decorrente de mercadoria destinada a contribuinte com inscrição estadual cancelada, sendo lavrado o Termo de Apreensão e Ocorrências correspondente à NF 3540, à fl. 08 dos autos.

De acordo com o art. 931, II, RICMS/97 considera-se que houve embaraço à ação fiscal quando o servidor do fisco estadual for desacatado ou sofrer impedimento de exercer suas funções em virtude de coação ou constrangimento ilegal, devendo ser lavrado o auto da ocorrência para encaminhamento à autoridade competente indicando testemunhas.

Constata-se que deve ser caracterizado embaraço quando ocorrer prática deliberada de ato violento ou doloso, impedindo o processo normal de fiscalização, e deve ser objeto de clara e precisa descrição dos atos e fatos que caracterizem o embaraço, através do “Termo de Embaraço à Ação Fiscal”.

No caso em exame, se ficasse comprovada a irregularidade concernente à aquisição de mercadorias por contribuinte com inscrição cancelada, deveria ser exigido o ICMS, haja vista que o cancelamento de inscrição estadual de contribuinte implica não ser o estabelecimento considerado inscrito enquanto persistir a pendência. Por isso, o tratamento previsto para os contribuintes com inscrição cancelada é o mesmo que se atribui a contribuinte sem inscrição, ou a mercadoria sem destinatário certo. Assim, seria devido o imposto, e não, multa por embaraço à ação fiscal.

Entendo que não ficou caracterizado o embaraço à ação fiscal motivador da aplicação da penalidade indicada no Auto de Infração, por falta dos requisitos estabelecidos na legislação.

Face ao exposto, voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

#### **RESOLUÇÃO**

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº **207944.0042/01-7**, lavrado contra **REINALDO ALVES CRUZ & CIA. LTDA.**

Sala das Sessões do CONSEF, 06 de julho de 2004.

FERNANDO ANTÔNIO BRITO DE ARAÚJO – PRESIDENTE

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA - RELATOR

JOSÉ CARLOS BACELAR - JULGADOR